

DAS PROMESSAS DE LIBERDADE ÀS NOVAS FORMAS CONTROLE, PADRONIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO: A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Renata Peres Barbosa

Universidade Federal do Paraná

re_pbarbosa@hotmail.com

A política educacional voltada para a última etapa da Educação Básica no Brasil tem sido demarcada por constantes reformas que evidenciam a acirrada disputa de interesses pelo projeto formativo destinado à juventude brasileira (FERRETI; SILVA, 2017; KRAWCZYK, 2014). O objetivo da pesquisa ora apresentada é problematizar, discutir conceitualmente e suscitar reflexões sobre os elementos subjacentes contidos na proposta e implementação da Reforma do Ensino Médio (Lei nº13.415/2017) e no que se denomina de fenômeno da Plataformização da Educação. A hipótese levantada é que tais propostas, ainda que anunciem promessas de maior flexibilidade e ampliação do acesso, qualidade e direito à educação básica para a juventude brasileira, sinalizam caminhos de recuo e regressão na efetivação desses avanços, o que justifica o esforço analítico aqui empreendido. Ao investigar a natureza política e ideológica subjacente à Reforma do Ensino Médio e ao movimento de plataformização da educação, a pesquisa, de natureza bibliográfica e documental, recorre aos referenciais da Sociologia Crítica, que permitem compreender os desdobramentos formativos da adoção de tais medidas em face das configurações tecnológicas e econômicas do século XXI, dado que o sistema capitalista passa a operar por novas escalas de monitoramento, vigilância e regulação, imerso ao universo algorítmico e alinhado à expansão da racionalidade mercantilizada e instrumental (ANTUNES, 2009; 2020; CASTELLS, 2002; MARCUSE, 1973; SAFATLE, 2021; ZUBOFF, 2020; DARDOT E LAVAL, 2016).

No que se refere à Reforma do Ensino Médio, instituída por Medida Provisória (MP 746/2016), alvo de constantes questionamentos e imbuída de polêmicas desde a sua apresentação, a referida lei propõe alterar substancialmente a última etapa da Educação Básica, especialmente no que se refere ao currículo e ao financiamento. A fase de implementação teve início nas redes estaduais de educação em 2022 e, já em 2023,

tornou-se pauta midiática na imprensa nacional devido ao descontentamento por parte da comunidade educacional, ao apresentar resultados insatisfatórios evidenciados pelo esfacelamento curricular - com a introdução de componentes curriculares difusos e sem base científica, a inserção de aulas à distâncias, a ampliação das parcerias com o setor privado, entre outros aspectos, que convergem em maior controle e padronização dos processos pedagógicos, sinalizando para os riscos de agravamento das desigualdades educacionais anunciados desde a instituição da Medida Provisória (CÁSSIO; GOULART, 2022; RATIER, 2023). Nesse contexto, o movimento de reivindicação pela revogação da lei ganha as ruas e amplia o debate público, com repercussão em todo o país, o que aumenta a pressão sobre o Ministério da Educação e sobre o novo governo. Ao encerrar o ano de 2023, o clamor pela revogação é evidente, culminando na tramitação de uma proposta de Projeto de Lei, PL 5230/2023, apresentado no Congresso Nacional para a sua alteração - PL previsto para ser recolocado em pauta na plenária parlamentar em março do ano de 2024 (CARTA CAPITAL, 2023).

Já no que concerne ao que se denomina de Plataformização da Educação (VAN DIJCK; POELL, 2018), enquanto crescente adoção de recursos tecnológicos e plataformas digitais na realidade das escolas incidem em modificações substanciais nos processos e práticas pedagógicas, o debate é que é preciso ponderar e desnudar os reais interesses, muitas vezes amparadas pelo fetichismo da tecnologia (SELWYN, 2017). A revolução digital, ao mesmo tempo em que amplia as possibilidades de acesso a bens culturais, traz estrategicamente redefinições que podem acentuar níveis mais sofisticados de integração política e cultural, sob a égide do capitalismo de vigilância e interferência do grande capital (MOZOROV, 2009; ZUBOFF, 2020). No âmbito da educação, em consonância com a lógica hegemônica assumida pelo regime de acumulação em tempos digitais e com políticas de inspiração gerencialista, o alerta é que pode impactar na organização da gestão educacional, no trabalho docente e na formação das juventudes e resultar em processos de maior controle de tipo digital, emergindo enquanto uma *accountability* digital (AFONSO, 2021), ou ainda, na “hiperburocratização” dos processos educativos (LIMA, 2021).

Diversas pesquisas que analisam a implementação da Reforma do Ensino Médio nos estados mostram que, embora apresente contornos diversos, um dos aspectos que chama a atenção é o favorecimento de novos nichos de mercado proporcionado pelas

possibilidades de convênio e parcerias com o setor privado estabelecidos pela lei, que se convertem em uma janela de oportunidades para o mercado das plataformas, aspecto que elegemos como recorte analítico da presente pesquisa (CÁSSIO; GOULART, 2022; BARBOSA; ALVES, 2023).

As reflexões suscitadas, enquanto resultados da investigação, apontam que a Reforma do Ensino Médio promove novas possibilidades para a Plataformização da Educação que, analogamente, sinalizam para o horizonte de subordinação da educação a novos dispositivos de controle, padronização e mercantilização, que afetam e reconfiguram as dinâmicas da organização da última etapa da Educação Básica. Tais propostas, portanto, adquirem facetas que se deslocam de agendas de promessa de liberdade, flexibilidade e avanços educacionais para, inversamente, o recuo de tais promessas, que demarcam as disputas pelo projeto formativo reservado à juventude brasileira, podendo recair em uma formação instrumental, danificada e unidimensional (ADORNO, HORKHEIMER, 1986; MARCUSE, 1973; ZUIN, 2021) e resultar no agravamento das desigualdades educacionais.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar, 1985.

ANTUNES, R; BRAGA, R. (orgs). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

AFONSO, A. J. Novos Caminhos para a Sociologia: Tecnologias Em Educação e Accountability Digital. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 42, e250099, 2021.

BARBOSA, R. P.; ALVES, N. A Reforma do Ensino Médio e a Plataformização da Educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 21, p. 1-26, 2023. Acesso em: 05 out. 2023.

CARTA CAPITAL. É urgente que o governo Lula entenda: o Ensino Médio não é uma pauta menor. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/artigo/displicencia-do-mec-pode-custar-carro-a-milhoes-de-jovens-brasileiros/>. 19/12/2013. Acesso em: 07 jan. 2024.

- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. V. I: - A era da informação: economia, sociedade e cultura. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CÁSSIO, F.; GOULART, D. C. A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem. **Retratos da Escola**, v. 16, n. 35, p. 285–293, 2022.
- DARDOT, P; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Editora Boitempo, 2016.
- FERRETI, C. J.; SILVA, M. R. Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória n. 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 385-404, jun. 2017.
- KRAWCZYK, N. Sociologia do Ensino Médio. Crítica ao Economicismo na Política Educacional. São Paulo: Cortez, 2014
- LIMA, L. C. Máquinas De Administrar A Educação: Dominação Digital E Burocracia Aumentada. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 42, e249276, 2021.
- MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade Industrial**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MOZOROV. E. Capitalism's New Clothes. **The Bafler**, 2019.
- RATIER, R. 'Sem salvação': mais de 300 entidades pedem fim da reforma do Ensino Médio. **Uol**, 06/03/2023. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/rodrigo-ratier/2023/03/06/sem-salvacao-mais-de-300-entidades-pedem-fim-da-reforma-do-ensino-medio.htm>. Acesso em: 07 mar. 2023.
- SAFATLE, V. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Autêntica; 1ª edição, 2021.
- SELWYN, N. Educação e tecnologia: questões críticas. In: FERREIRA, G. M .S.; ROSADO, L. A. S.; CARVALHO, J. S. (orgs.). **Educação e tecnologia**: abordagens críticas. Rio de Janeiro: SESES, 2017. p. 85-102.
- VAN DIJCK, J.; POELL, T. **Social media platforms and education**. In: The SAGE Handbook of Social Media, 2018.
- ZUIN, A. A. S. Inteligência Artificial e formação danificada: aprendizagem profunda e ética rasa entre professores e alunos. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e80158, 2021.
- ZUBOFF, S. **A era do capitalismo da vigilância**: a disputa por um futuro humano na nova fronteira do poder. Editor: Relógio d'água, 2020.